

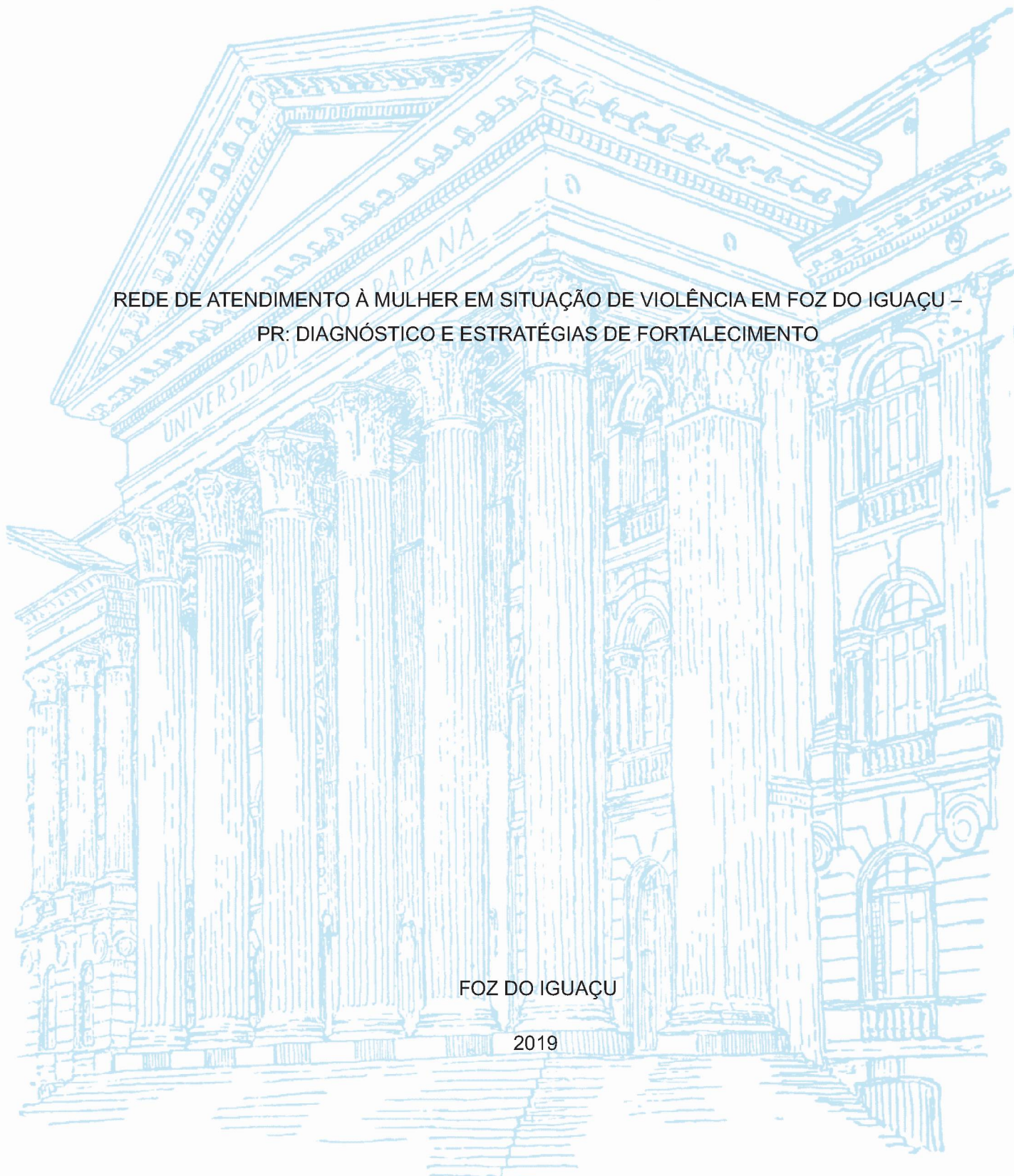
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAELA ZAGO DE MELLO

REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU –
PR: DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO

FOZ DO IGUAÇU

2019



RAFAELA ZAGO DE MELLO

REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM FOZ DO IGUAÇU –
PR: DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO

Projeto Técnico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Rese

FOZ DO IGUAÇU

2019

À todas as mulheres, que lutaram e dedicaram suas vidas para uma sociedade mais justa e equitativa. À todas as mulheres que ainda necessitam de políticas públicas para superarem a situação de violência, desenvolverem sua autonomia e se tornarem mulheres emancipadas.

AGRADECIMENTOS

A todas instituições que colaboraram nas entrevistas, disponibilizando seu tempo, já escaço diante das demandas cotidianas.

Às minhas colegas de trabalho, que me acolheram em Foz do Iguaçu e no CRAM, para que cada dia nosso trabalho tenha mais visibilidade e reconhecimento.

À Coordenadora do CRAM – Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Kiara Heck, pelo apoio e divisão de experiências, mulher forte que me inspira diariamente.

Ao Gustavo B. Honório, pelo companheirismo e apoio diário, compartilhamento de frustrações e parceria ao longo de todo o trajeto, deste projeto e da vida.

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida. (Simone de Beauvoir, s/d)

RESUMO

A rede de atendimento à mulher em situação de violência no município de Foz do Iguaçu – PR tem tomado forma desde 2009 com a implantação do CRAM. Fruto de uma luta de diversos atores, em principal o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, o CRAM tem como uma de suas funções o mapeamento e articulação da rede de atendimento à mulher no município de Foz do Iguaçu. Foram mapeados quinze equipamentos, contabilizando os equipamentos que possuem mais de uma sede, como as Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social e em estrutura de rede invertida, com a necessidade de um equipamento central e articulador da rede. A partir de um diagnóstico levantado com os equipamentos da rede de atendimento, foram realizadas propostas para o fortalecimento da rede de atendimento em prol de um objetivo conjunto: a eventual erradicação da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Palavra-chave 1.redes interorganizacionais 2.políticas públicas 3.cooperação 4.atendimento a mulheres 5. violência contra as mulheres

ABSTRACT

The network for women's attendance in violence situation in Foz do Iguaçu – PR has started to take shape since 2009 with the creation of CRAM – Center of Reference and Attendance of Women in Violence Situation. Product of a struggle of many actors, in special the Women's Rights Council, CRAM has as one of its attributions the mapping and linkage of the network for women's attendance in the county of Foz do Iguaçu. Fifteen institutions were mapped, counting the equipments as Unitys of Health, Center of Social Work, and Units of Ready Attendance as one each. It was identified the network's articulation occurs as an inverse network, in need of a central articulator. From the diagnosis made with the institutions within the network in analysis, were made propositions to fortify the network in favor of a collective work: the eradication of violence against women,

Keywords: 1. interorganizational network 2. public policies 3. cooperation 4. women's attendance
5. violence against women

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO DE REDE INVERTIDA	25
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CAMPO DE AÇÃO PÚBLICA	24
TABELA 2 – EQUIPAMENTOS DA REDE DE ATENDIMENTO	31
TABELA 3 – REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO NO TEMA.....	32
TABELA 4 – QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS DA REDE QUE ARTICULA COM MAIS FREQUÊNCIA.....	33
TABELA 5 – TIPOS DE ENCAMINHAMENTO	33
TABELA 6 – TIPO DE RELAÇÃO COM OS DEMAIS EQUIPAMENTOS	34
TABELA 7 – LACUNAS APONTADAS NA REDE.....	34
TABELA 8 – PLANO DE IMPLANTAÇÃO	38
TABELA 9 – RECURSOS PREVISTOS	39

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAM	- Casa Abrigo para Mulheres
CRAM	- Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM/DM	- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
HMCC	- Hospital Ministro Costa Cavalcanti
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JVD	- Juizado de Violência Doméstica
MUNIC	- Plataforma de Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ONG	- Organização não-governamental
PNPM	- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SMAS	- Secretaria Municipal de Assistência Social
SPM	- Secretaria de Políticas para Mulheres
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 APRESENTAÇÃO	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 MOVIMENTO FEMINISTA E A SITUAÇÃO DO BRASIL.....	16
2.1.1 A Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340 de 2006) e o início de uma rede institucionalizada de atendimento.	17
2.1.2 Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	18
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO EM REDE.....	20
2.3 DESCENTRALIZAÇÃO E REDES INTERINSTITUCIONAIS	21
2.3.1 Teorias das Redes Interinstitucionais Públicas	23
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	27
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS ORGANIZAÇÕES.....	27
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	30
3.2.1 Metodologia.....	30
3.2.2 Resultados e Discussão	31
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	37
4.1 PROPOSTA TÉCNICA	37
4.1.1 Plano de Implantação.....	38
4.1.2 Recursos	39
4.1.3 Resultados Esperados	39
4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas	40
5 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO	47
ANEXO 1 – FLUXOS DE ATENDIMENTO	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

No Brasil a cada dois segundos uma mulher sofre algum tipo de violência¹. Dados epidemiológicos de notificação obrigatória (SINAN)² registraram 182.287 casos de violência contra as mulheres no ano de 2016. Relatórios do Governo Federal também informam que denúncias e registros de violência contra a mulher, recebidos pelo Disque 180³ somaram 749.024 casos⁴ no mesmo ano. No CRAM a violência contra a mulher é compreendida como um fenômeno social e cultural, perpetrado pela cultura patriarcal vigente. Dessa forma, o enfrentamento à violência contra a mulher deve acontecer a nível interorganizacional, pela transversalidade do tema. Recentemente o governo federal tipificou a “rede de atendimento as mulheres em situação de violência” e a “rede de enfrentamento a violência contra mulheres” através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Este projeto foi idealizado a partir da vivência do trabalho no atendimento *in loco* a mulheres em situação de violência no CRAM de Foz do Iguaçu - PR. As demandas diárias, assim como a construção de um Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência trouxeram questionamentos acerca do funcionamento e articulação da rede de atendimento à mulher no município. Resquícios do personalismo na articulação de atores e dificuldades na comunicação institucional motivaram o interesse pelo tema.

O CRAM tem como um de seus objetivos o fortalecimento e articulação da rede de atendimento à mulher, no entanto, cabe salientar que uma rede não funciona apenas com um ator. Dessa forma, a necessidade de um mapeamento de quem são os atores sociais, suas funções e suas concepções de rede se fizeram necessárias a partir desse panorama inicial.

Cabe salientar que apesar de o CRAM ter sido definido como equipamento público “articulador” da rede de atendimento, essa rede não é hierárquica, mas sim descentralizada e coesa pelo seu objetivo final: a erradicação da violência contra a mulher.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

¹<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>

²Sistema de Informação de Agravos e Notificação

³Canal de denúncias e informações sobre violência contra mulheres do Governo Federal

⁴Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais

Analisar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município de Foz do Iguaçu-PR para propor políticas, estratégias e práticas de gestão capazes de fortalecer o funcionamento e a consolidação da rede em análise.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Mapear os equipamentos municipais (públicos e privados) que se articulam para formar a Rede de Atendimento à violência contra a mulher no âmbito municipal.

b) Identificar os atores que dialogam com a rede de atendimento à violência contra a mulher a nível municipal.

c) Mapear as formas de mobilização de cada um dos atores da rede individualmente e seu papel de mobilização na rede.

d) Identificar a estrutura da rede interorganizacional a nível municipal.

e) Propor políticas, estratégias e gestão da rede interorganizacional de atendimento à Mulher no Município de Foz do Iguaçu de forma a articular os diferentes atores e equipamentos em torno de um objetivo conjunto.

1.4 JUSTIFICATIVA

O município de Foz do Iguaçu-PR começou a esboçar uma rede de atendimento à violência contra a mulher por volta do ano 2009 quando foi implantado o CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Conforme as Normas Técnicas de Uniformização dos CRAMs (BRASIL, 2006b) esses equipamentos devem articular os serviços governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento à mulher em situação de violência e, dessa forma, com a criação do CRAM a nível municipal, a rede começou a ser desenhada.

Desde o ano de 2017 o município, em parceria com o Ministério Público e demais entidades governamentais e não-governamentais integrantes da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, têm se mobilizado em torno da construção do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município de Foz do Iguaçu. Esse Protocolo visa fornecer subsídios teóricos e técnicos aos equipamentos que fazem o atendimento direto às mulheres em situação de violência, assim como, diagnosticar a atual situação do município em relação às diversas formas

de violência contra a mulher, além de definir fluxos de atendimentos e encaminhamentos das mulheres pelos diversos equipamentos da rede.

No final do ano de 2017 houve uma mudança significativa de atores envolvidos no processo de construção do protocolo, levando a um hiato na construção e consolidação do documento, que foi retomado apenas no segundo semestre de 2018. Essa mudança de atores e estagnação de um protocolo que estava sendo construído em rede, demonstra que essa rede não está institucionalizada e corre risco eminente. Dessa forma, infere-se, a princípio, que a rede tem se estruturado pelo contato entre atores específicos e não por processos institucionais.

Inojosa (1999) traz um conceito interessante de redes ao mencionar que partem do relacionamento individual para o coletivo, portanto ao discutir redes interorganizacionais, o limite da rede individual de atores deve ser rompido para que uma rede interorganizacional seja efetivada. A autora ainda aponta a estratégia de desenvolvimento dessas redes para a superação de limites muitas vezes intransponíveis por uma só instituição, mas que podem ser alcançados através da junção de diversos equipamentos.

Ao mesmo tempo que indica a importância do desenvolvimento de redes de compromisso social, ou seja, redes que possuem como objetivo preencher lacunas que, a princípio, não poderiam ser preenchidas por atores e/ou organizações únicas, Inojosa (1999) tece uma crítica a como a palavra “rede” tem sido utilizada. A autora indica que o termo “rede” é frequentemente utilizado com pouco discernimento do que realmente significa, que muitas vezes é usado como palavra “mágica” para solução de problemas. Para tanto, a autora adverte que o entendimento da “rede” perpassa a identificação da estrutura e do funcionamento das redes exercendo um papel primordial para o funcionamento saudável da mesma.

Considerando as informações aqui apresentadas é necessário um diagnóstico atual de como essa rede tem se articulado, para que então, seja proposta uma forma de fortalecimento e efetivação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Foz do Iguaçu. A autora dessa proposta atualmente é servidora pública no CRAM, ocupando o cargo de psicóloga do referido equipamento.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 MOVIMENTO FEMINISTA E A SITUAÇÃO DO BRASIL.

As políticas públicas surgem a partir de demandas latentes da sociedade geralmente expostas por meio dos movimentos sociais. Rua (2014) propõe duas saídas comuns para os governantes que se deparam com essas situações: a coerção ou a política, essa definida como *policy*, termo inglês utilizado para diferenciar a política que se refere às políticas públicas, e a política partidária (*politics*).

A criação de políticas públicas para o enfrentamento, combate e erradicação da violência contra a mulher não foi diferente. Os movimentos feministas brasileiros da década de 60 e 70 se formaram como uma onda de resistência ao regime militar, mulheres atuaram em uma rede de solidariedade:

Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas. (BLAY, 2003, p.91).

Atuando assim, essas mulheres esboçaram voluntariamente o que hoje é definido como política pública garantida em lei. Apenas em 1985 a primeira Delegacia dos Direitos da Mulher foi criada na cidade de São Paulo. O processo de redemocratização do país permitiu também a criação dos Conselhos da Condição Feminina, hoje denominados Conselhos de Direitos das Mulheres. (BLAY, 2003)

O processo histórico da inserção das reivindicações dos movimentos feministas nas pautas do Estado para elaboração de políticas públicas não aconteceu de forma tranquila e pacífica. Cisne e Gurgel (2008) apontam dois pontos de complexidade principais nas relações entre o feminismo e o Estado:

a) o movimento feminista tendo como objetivo a autonomia da mulher e o Estado como reprodutor de práticas patriarcalistas promovendo a subalternidade das mulheres;

b) a contradição da prática de promover políticas públicas, que buscam a emancipação da mulher para construção de outra sociedade, sendo a necessidade dessas políticas transitórias, visto que após a efetivação das mesmas elas deixarão de ser necessárias.

Cisne e Gurgel (2008) fazem um contraponto à questão emancipatória e de autonomia, principalmente ao se referirem às políticas de gênero, por mais que esse seja o objetivo final, as autoras apontam as contradições das políticas públicas e organizações no sentido que as lutas são sempre pautadas por um certo grau de subordinação ao Estado. Ou seja, as manifestações,

pautas e agendas são interessantes para o Estado no sentido de que ele possa se apropriar dessa luta para manter as relações de poder que já exerce sobre as minorias. (MANDEL, 1985 *apud* CISNE E GURGEL, 2008)

A partir de 1990 surge o que Buarque (2006) chama de “feminismo de estado”, ou seja a luta pelas mulheres ocuparem espaços de poder, assim como institucionalizações e equipamentos que buscam promover a equidade de gênero. A formalização da participação do Brasil tanto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, em 1994 já levavam o Brasil a pensar em políticas públicas para erradicar a violência contra a mulher.

No entanto, apenas em 2003, no governo Lula, essa política se fortaleceu com a criação da SPM – Secretária de Políticas para mulheres, que possuía status de Ministério. O último Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi elaborado para o triênio 2013-2015.

2.1.1 A Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340 de 2006) e o início de uma rede institucionalizada de atendimento.

Não sem muita luta a Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006 foi promulgada. Apesar da criação da SPM em 2003, o esboço de uma lei para enfrentamento e erradicação da violência contra mulheres surgiu apenas em 2004, data que começou tramitar na Câmara de deputados.

Apenas em 2006 após denúncias da farmacêutica Maria da Penha Fernandes a diversos órgãos de garantia de direitos internacionais, o Brasil começou se mobilizar para a aprovação de uma lei específica de proteção à mulher e punição para o autor de violência (BRASIL, 2011). Maria da Penha sofreu inúmeras violências perpetradas pelo companheiro, violências essas que a deixaram paraplégica, sofreu também de duas tentativas de homicídio⁵

Com a aprovação da referida lei, o Brasil passou a ter uma legislação para punir os autores de violência, e criar mecanismos de proteção, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher. Só então uma rede especializada de atendimento a mulher começou a ser criada no Brasil. A lei prevê a criação de Juizados Especializados em violência doméstica, regulamentou as medidas de proteção para mulheres em situação de violência, assim como fortificou as ações de outras estruturas de Direito como os Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Foi detectada também a necessidade uma rede interinstitucional com o objetivo de planejar ações articuladas para a prevenção e erradicação da violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

⁵Em 2015 o homicídio de mulheres provocado por questão de gênero se tornou qualificado como feminicídio através da Lei Federal 13.014 de 09 de março de 2015. (BRASIL, 2015)

2.1.2 Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁶

As previsões legais para as redes de atendimento à mulher em situação de violência e rede de enfrentamento à violência contra a mulher já foram apresentadas. É importante então, diferenciar as características e instituições previstas para compor essas redes. A SPM (Brasil, 2011) define a rede de atendimento como os serviços que atendem diretamente às mulheres em situação de violência, como os serviços prestados pelas áreas de saúde, assistência social, justiça e segurança pública.

A rede de atendimento pode ser dividida ainda entre os serviços especializados e os não-especializados. Os serviços especializados, abarcam os previstos para atendimento específico às mulheres em situação de violência, e que são capacitados para tal. Constituem-se equipamentos dos serviços especializados: os Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, as Casas Abrigos e Casas de Passagem, as Delegacias especializadas de atendimento à mulheres, Promotorias especializadas, Juizados Especiais de Violência contra a mulher, Núcleos de Atendimento à mulher, o Disque Denúncia 180 que também funciona como ouvidoria, os serviços de saúde especializados para atendimento de situações de violência sexual e doméstica, Núcleos de Atendimento à migrantes e de atendimento humanizado para casos de tráfico de pessoas. (BRASIL, 2011)

Os serviços não-especializado de atendimento às mulheres geralmente são os serviços que se costuma denominar “porta de entrada”, uma vez que são os primeiros a identificarem situações de violência. Os equipamentos que fazem parte dos serviços não-especializados são os hospitais gerais, unidades de pronto atendimento, serviços de atenção básica à saúde (programa saúde da família), delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público, Defensorias Públicas. (BRASIL, 2011)

A rede de enfrentamento, é mais ampla que a rede de atendimento. Ela compreende além da rede de atendimento os demais serviços, instituições, movimentos sociais, conselhos de direitos que se articulam em prol da erradicação da violência contra a mulher; que concebem a questão da violência contra a mulher como multidimensional e complexa. Dessa forma a rede de enfrentamento apresenta um desafio à Gestão Pública devido às diversas instituições envolvidas, com a ideia de descentralização, que vai de encontro à concepção de Gestão Pública tradicional, rompendo com os conceitos de setorialização e desarticulação das ações das políticas públicas. (BRASIL, 2011)

⁶Para facilitar a leitura as referências a seguir a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência será nomeada apenas como “rede de atendimento” e a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres como “rede de enfrentamento”.

Cada município da federação apresenta uma configuração diferente desses equipamentos, tanto da rede de atendimento quanto da rede de enfrentamento, podendo conter diversos dos equipamentos mencionados ou quase nenhum. Dessa forma, é necessário que cada município articule sua própria rede, considerando as especificidades das instituições, da região e das demandas estratégicas, assim como proponha meios de gerir adequadamente a interação entre as mesmas.

O documento “Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres” publicado em 2011 pela SPM (Brasil, 2011) e utilizado como referencial para esse tópico prevê um mapeamento desses equipamentos por região⁷, no entanto até hoje nenhum dado está publicado oficialmente e os dados disponibilizados pelo site⁸ não estão acessíveis. O documento faz referência também ao MUNIC⁹ – ferramenta disponibilizada pelo IBGE – que tampouco possui os dados necessários para um mapeamento efetivo dos equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência por região e/ou município.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO EM REDE

Ao pontuar as questões referente aos conflitos que culminaram na criação de uma jurisprudência brasileira que prevê a criação de políticas públicas para a erradicação da violência contra a mulher, alguns esclarecimentos necessitam ser realizados. Primeiro a questão das políticas públicas para mulheres possuem um caráter transversal. O III PNPM¹⁰ é um claro exemplo de como a luta pela equidade de gênero enquanto política pública deve estar articulada intersetorialmente.

A necessidade de uma rede de atendimento especializada à mulher em situação de violência é imprescindível para o enfrentamento à violência, no entanto, intervenções de prevenção também se fazem necessárias. Nesse sentido o III PNPM, último documento publicado pelo Governo Federal prevê ações desde a educação, esporte, lazer e inserção das mulheres em espaços de poder até geração de renda, desenvolvimento sustentável e direito à terra. (BRASIL, 2013, p.5)

O cenário político no qual o III PNPM foi planejado foi muito favorável para a sua elaboração, à época o Brasil era presidido por uma mulher que representava os anseios das lutas sociais. Rua (2014) aponta que as políticas públicas são criadas a partir de demandas sociais, mas também precisam passar pelo crivo político para se institucionalizar, uma presidenta à frente

⁷Páginas 21 a 33

⁸<http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentais-df-estados-e-municipios/dados>,
<http://www.spm.gov.br/rede-de-atendimento-a-mulher> e
https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=SP

⁹<https://munic.ibge.gov.br/>

¹⁰Plano Nacional de Políticas para Mulheres

dessa questão foi de extrema importância. A autora denomina esse processo como “formação de agenda”.

O fato de após o ano de 2015 não existir um novo planejamento nos moldes do III PNPM demonstra que o governo sucessor não tinha a equidade de gênero como pauta de sua agenda. Apesar de um PNPM não ter sido planejado, os equipamentos e instituições já existentes deram continuidade às políticas públicas implementadas na área, pelo menos ao atendimento às mulheres em situação de violência. Em Foz do Iguaçu – PR o processo de institucionalização de um Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, vem no sentido de efetivar as políticas públicas para mulheres enquanto agenda de governo no município.

2.3 DESCENTRALIZAÇÃO E REDES INTERINSTITUCIONAIS

As redes de cooperação interinstitucionais e/ou interorganizacionais, possuem um caráter quase místico quando relacionadas à implementação e execução de políticas públicas. Pelo seu caráter interinstitucional, ou seja, que envolvem diversos atores, podem se estruturar de diversas formas, podem também enfraquecer pelo mesmo motivo. A concepção de redes intersetoriais começou a tomar forma no Brasil após o processo de redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme Rocha (2009) entre as décadas de 1980 e 1990 começou o processo de descentralização das políticas públicas, que até o regime ditatorial eram rígidas e hierarquizadas. Dessa forma os estados e municípios começaram a ter mais autonomia para definir suas agendas de acordo com as demandas locais, mas ainda norteadas por políticas federais. Gohn (2010) discute amplamente o conceito de globalização, assim como o do modo de produção capitalista que geraram a necessidade de atos de responsabilidade social para que essa estrutura vigente não entre em colapso. A autora faz uma distinção entre responsabilidade e compromisso social, sendo a responsabilidade social atividades oriundas de empresas que necessitam reverter benefícios para a sociedade em troca da exploração a qual a mesma exerce. Já as ações de compromisso social, segundo a autora, são ações articuladas em prol da mudança de um *status quo* e são articuladas em sua maioria por movimentos sociais, ONGs e outras instituições, e possuem o objetivo final de emancipar os sujeitos, ou grupo populacional envolvido.

Rocha (2009) aponta também como o processo de redemocratização do país trouxe a possibilidade da participação cidadã nas decisões do Estado. A criação dos conselhos de direitos, permitiu a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na construção e deliberação de políticas públicas. Os conselhos de direitos apesar de possuírem primordialmente a função propositiva, elaborativa e deliberativa, ou seja, de controle social, servem também como articuladores de redes de políticas públicas, considerando sua função paritária e representatividade tanto dos órgãos governamentais quando as organizações da sociedade civil. (ROCHA, 2009)

Apesar desse processo ter dado maior abertura, não significa que essa participação acontece de forma tranquila e sem conflitos. Existe ainda uma resistência do Estado em relação às decisões compartilhadas no modelo dos conselhos, o que acaba gerando entraves e resistências. (ROCHA, 2009)

A democracia permitiu também que, para além das redes pré-definidas¹¹, redes autopoieticas se criassem. O conceito de rede autopoietica foi definida por Capra (2006) para especificar as redes que se autocriam, uma característica que o autor define como sendo inerente aos sistemas vivos. O autor define:

A autopoiese, ou “autocriação”, é um padrão de rede no qual a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação dos outros componentes da rede. Dessa maneira, a rede, continuamente cria a si mesma. Ela é produzida pelos seus componentes e, por sua vez, produz esses componentes. (CAPRA, 2006, p.136).

Coincidentemente a mudança de paradigma que Capra (2006, p.28) afirma que aconteceu na ciência: o abandono das concepções hierarquizantes para as de rede e sistemas, foi observada no processo de redemocratização brasileira. Dessa forma, para além das redes institucionalizadas através de legislações e instrumentos específicos, redes de afinidades (que já existiam a época da ditadura, mas se evidenciaram com a não-repressão) também se formaram, aglutinações de movimentos sociais que buscavam objetivos em comum e começaram a se articular.

2.3.1 Teorias das Redes Interinstitucionais Públicas

Os estudos sobre redes têm tomado forma e captado muitos autores ao longo dos últimos anos (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2014; CAPOBIANGO *et al*, 2011; CASTELLS, 2013; GOHN, 2010; FLEURY, 2002; OLIVEIRA E LOPES, 2014; SACOMANO NETO, 2003; SCHERER-WARREN, 2006). O aumento dos recursos tecnológicos, mudanças de paradigmas e a percepção de que os atores políticos possuem conexões importantes e necessárias para a efetivação de políticas públicas fez com que a análise de como esses fenômenos acontecem e podem se fortalecer se tornasse imprescindível no âmbito da gestão pública (FREY, 2005).

Como, já mencionado, Capra (2006) em seu livro “A Teia da Vida” apresenta uma mudança de paradigma que aconteceu na ciência em meados da década de 90. Castells (2000) traz também o conceito de uma adaptação das organizações que aconteceu a partir das rápidas

¹¹Redes pré-definidas: referem-se às redes definidas institucionalmente, com certa “obrigatoriedade” de que os equipamentos se articulem para a efetivação de uma política pública, a rede de atendimento à mulher em situação de violência, estando definida pela SPM (Brasil, 2011) como a articulação de atores específicos pode ser considerada uma rede pré-definida.

mudanças econômicas e avanço ininterrupto da tecnologia, e afirma que “a principal mudança pode ser caracterizada como a mudança de burocracias verticais para a empresa horizontal”.

Essas novas concepções e estruturação permitem a formação de diversos tipos e formatos de “redes”. Loiola e Moura (1997) fazem a distinção entre redes unidirecionais e multidirecionais, exemplificando as unidirecionais como tendo uma “fonte” ou um “gerador de fluxo”, tal qual uma rede de distribuição de energia. As redes multidirecionais são definidas pelas autoras como sendo as que não necessitam desse centro propulsor, onde o fluxo percorre a malha livremente.

Existem quatro tipos de redes no campo das ciências sociais que contribuem para um estudo organizacional e institucional. As redes interpessoais ou redes primárias, aquelas que acontecem a nível micro, entre atores, indivíduos. As redes sociais ou de solidariedade, que são observadas no campo dos movimentos sociais. No campo do Estado, são observadas as redes de agências governamentais que são estabelecidas entre equipamentos públicos e podem se articular também com as redes dos movimentos sociais em prol da efetivação de uma política pública. Por fim, as redes no campo do mercado, na produção de bens e serviços, que são compostas por agentes econômicos e suas interações/fluxos. (LOIOLA E MOURA, 1997)

Apesar da concepção das relações de rede entre diversos atores terem suas especificidades, é impossível afirmar que as redes são compostas por apenas um tipo de relação. Peguemos como exemplo o objeto desse trabalho: a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Apesar de a maior parte dos atores serem equipamentos do Estado, não se pode ignorar as relações interpessoais (em nível de indivíduos) e as possíveis redes articuladas com atores da iniciativa privada e rede de movimentos sociais.

Loiola e Moura (1997) apresentam algumas características básicas das redes no campo do Estado, sendo elas a dicotomia entre formalidade e informalidade, ou seja, a rede pode se constituir de ambas as formas; a articulação da rede para resolução de problemas, projetos concretos e gestão de projetos concretos; intercâmbio de informações e associação para obtenção e/ou compartilhamento de recursos; relacionamento de cooperação, reconhecimento de competências, respeito mútuo e eventuais conflitos; necessidade de um centro catalisador e relações que variam entre hierarquia e não-hierarquia; adesão por interesse e/ou competência; e ações baseadas na racionalidade instrumental/comunicativa. Essas características serão importantes para a análise da rede que é objeto desse projeto.

As autoras ainda demonstram através de uma tabela os contrapontos entre padrões tradicionais e inovações das redes no campo de ações do Estado:

Tabela 01- Campo de Ação Pública	
Padrões “tradicionais”	Inovações
	☐ Parcerias, espaços, negociação/participação, democratização/mobilização de recursos.

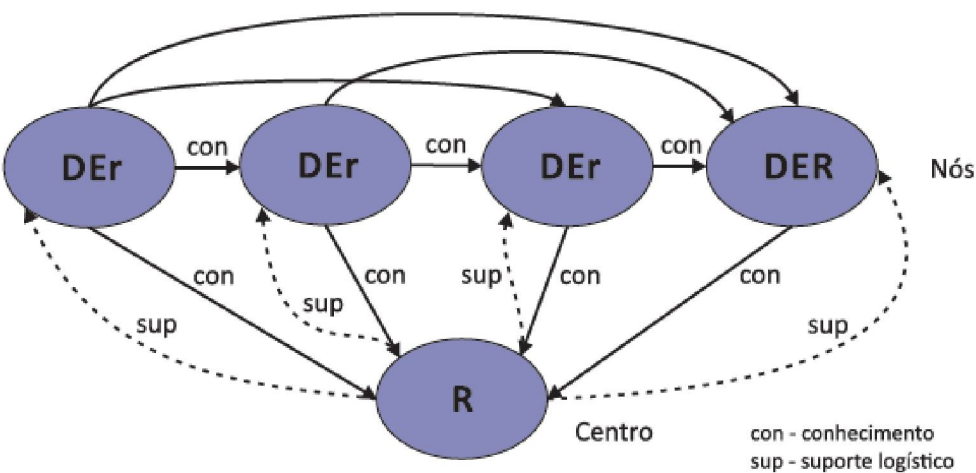
?	Redes informais e pouco visíveis de acesso a centro decisórios (“anéis burocráticos, rede de clientela...)	Redes sócio-governamentais de caráter público.	
?	Arranjos neocorporativos.	?	Redes de solidariedade assumem caráter público (ações de solidariedade pública, fóruns, ONGs.
?	Movimentos sociais cobram do Estado ação pública (reivindicação/pressão)	?	Ação pública via rede de oferta de serviço – centro anima/incita e articula operadores.
?	Ação pública via aparato específico com profissionais.	?	Trabalho em rede por projeto.
?	Departamentalização.	?	Articulação de ações a partir do local.
?	Integração burocrática.		Repartição de competências.

FONTE: LOIOLA E MOURA (1997, p.60)

Nesse sentido Frey *et al* (2005) propõe que a rede interorganizacional de políticas públicas seria a “solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas complexos e existem muitos atores interessados”. Desta forma, propõe a articulação de uma rede informacional composta por agentes públicos e privados a partir de um centro organizador para a promoção de uma ação pública integrada que beneficia todas as partes. (FREY *et al*, 2005)

Malmegrin (2011) apresenta alguns modelos de estrutura de redes interorganizacionais, seguindo a análise de Frey *et al* (2005), o modelo que interessa para este trabalho é o modelo de rede tutelada, que Quinn, Anderson e Finkelstein (2001, *apud* Malmegrin, 2014) apresentam:

FIGURA 01 – MODELO DE REDE INVERTIDA



FONTE: MALMEGRIN (2014, p. 76)

Nesse modelo as siglas são inteligíveis a partir da proposta da autora aonde **D** está ligado aos processos decisórios, **E** é o elemento que transforma a capacidade de produção em produtos (ou serviços), **R** é o elemento que provê recursos logísticos e promove a articulação entre os outros equipamentos. (MALMEGRIN, 2014)

Esse tipo de rede é considerado uma rede tutelada. Inojosa (1999) apresenta três tipos de rede: orgânicas, tuteladas e subordinadas. As redes orgânicas vão de encontro com as redes autopoieticas propostas por Capra (2006), onde os integrantes são autônomos em suas decisões. As redes tuteladas são redes que dependem de um articulador, apesar de os integrantes possuírem autonomia decisória. Já nas redes subordinadas, os entes são dependentes entre si e existe um centro de controle. (INOJOSA, 1999 p. 118-119)

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS ORGANIZAÇÕES

O CRAM foi implantado no município de Foz do Iguaçu – PR no ano de 2009, à época não contava com sede própria, sendo localizado em imóvel locado. Em 2012 foi realizado o envio de um projeto de estruturação de um prédio exclusivo para o serviço, com posterior aprovação que permitiu a construção de uma sede própria. O equipamento tem como objetivo atender mulheres que vivenciaram qualquer tipo de situação de violência, indo além do leque de violência doméstica já tipificado pela Lei nº 11.340 de 2006 e abrangendo todos os tipos de violência contra mulheres.

Conforme a Norma Técnica de Uniformização do CRAM o mesmo deveria contar com uma equipe com: um coordenador, dois secretários, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado, dois educadores, um arteterapeuta, um ajudante geral e um segurança, todos profissionais preferencialmente do gênero feminino. Atualmente o serviço conta com metade desta equipe, sendo a mesma composta por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, uma advogada, uma educadora, uma auxiliar administrativa, uma pedagoga, e uma ajudante geral. Atualmente o equipamento também conta com três estagiárias remuneradas, sendo duas de psicologia e uma de gestão pública.

O espaço do CRAM é bastante amplo, conta com um auditório, que comporta aproximadamente 80 pessoas para reuniões, oficinas de costura, sala de corte de tecidos, banheiros separados por gênero com banheiros com acessibilidade. O equipamento conta ainda com um espaço para biblioteca, brinquedoteca, três salas de atendimento às usuárias, uma recepção, uma sala de arquivos, um depósito, cozinha, e copa. Uma sala do equipamento é dividida com uma equipe da Residência Inclusiva, casa abrigo para pessoas com deficiências.

O orçamento do equipamento é vinculado ao orçamento da SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, secretaria a qual o equipamento está alocado.

O CRAM é um equipamento tipificado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o fato do mesmo estar vinculado à SMAS gera algumas discussões a respeito da tipificação do mesmo no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esses posicionamentos surgem justamente pelo fato do CRAM estar normatizado por uma política que é transversal, dialogando com diversos serviços e secretarias, dada a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher. A falta de compreensão dessa especificidade pode levar à caracterização do serviço como sendo pertencente a um campo ao qual ele apenas dialoga.

A Norma Técnica de Uniformização dos CRAMs prevê que:

Os Centros de Referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa

promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. (BRASIL, 2006b, p.11)

Sendo assim, as atividades do CRAM se resumem ao: aconselhamento em momento de crise; atendimento psicossocial; aconselhamento e atendimento jurídico; atividades de prevenção; qualificação de profissionais; *articulação da rede de atendimento local*; e levantamento de dados locais sobre a situação de violência contra a mulher. (BRASIL, 2006b, *grifo da autora*)

A articulação da rede de atendimento é uma das atividades inerentes ao CRAM, por isso, este trabalho buscou focar nessa organização como o “centro” da rede, uma vez que, como o trabalho consiste em propor políticas para o fortalecimento da rede em prol de um objetivo comum, uma descrição de todos os equipamentos de atendimento à mulher em situação de violência fugiria do objetivo principal. No entanto, se faz necessário apontar os equipamentos existentes no município que se articulam no atendimento à mulher.

O município de Foz do Iguaçu-PR conta com uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DM, que atende também o turista, a Delegacia se articula diretamente com o Juizado de Violência Doméstica - JVD, também existente no município. A principal função da DM no tocante ao atendimento à mulher é o registro de Boletins de Ocorrência e solicitação de Medidas de Proteção ao JVD, no entanto a DM desempenha outras atividades primordiais para a continuidade do processo judicial. O JVD possui em sua estrutura o Espaço Mulher, espaço aonde as mulheres são recebidas para orientação e informações acerca do processo. A Defensoria Pública do Estado do Paraná também possui um Núcleo de Atendimento à Mulheres, que fica localizado em Curitiba, mas atende todo o estado do Paraná quando necessário.

Após o deferimento da Medida Protetiva, a situação é encaminhada a uma equipe da Guarda Municipal especializada no acompanhamento das mulheres que vivenciaram alguma violência ou ameaça, a Patrulha Maria da Penha. A Patrulha Maria da Penha realiza o atendimento de mulheres em suas residências para verificar o cumprimento ou não das Medidas Protetivas por parte do autor de violência. Todo

processo judicial é encaminhado para o Ministério Público, para acompanhamento, decisão de continuidade ou não da denúncia, e eventuais providências que lhe couber.

No que se refere ao atendimento especializado à mulheres em situação de violência, o município para além das instituições já mencionadas, possui a Casa Abrigo para Mulheres - CAM e o serviço de atendimento e profilaxia de vítimas de estupro. A CAM possui endereço sigiloso e acolhe mulheres em situação de risco e ameaça. O serviço de atendimento e profilaxia à mulheres que vivenciaram algum tipo de violência sexual é realizado pelo Hospital Ministro Costa Cavalcanti - HMCC, na busca de humanização do atendimento, o HMCC se articula diretamente com a DM uma vez que os exames e laudos decorrentes do atendimento servem como provas documentais para processos judiciais.

Na rede não especializada de atendimento o município conta com cinco Centros de Referência de Assistência Social distribuídos nas regiões: Nordeste, Norte, Oeste, Leste e Sul, objetivando o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade e realizando a prevenção de situações de risco, violência e violação de direitos. São dois Centros de Referência Especializados em Assistência Social, um focado nas Medidas Socioeducativas impostas à adolescentes em conflito com a lei, e outro que atende situações de risco e violação de direitos de crianças, adolescentes e famílias. Enquanto o CRAM tem o atendimento voltado à mulher, o CREAS realiza um atendimento da família como um todo através do serviço de Proteção e Atendimento Especializado de Famílias e Indivíduos – PAEFI.

No âmbito da saúde o município possui 28 unidades de saúde¹² e duas Unidades de Pronto Atendimento que se constituem também como porta de entrada das mulheres em situação de violência à rede de atendimento. Casos mais graves de agressões físicas são encaminhadas para o Hospital Municipal Padre Germano Lauck.

A Polícia Militar e Polícia Federal também compõe a rede de atendimento não-especializada à mulher. A Polícia Militar realiza os atendimentos em caso de flagrantes, já a Polícia Federal atende as denúncias de tráfico humano, e solicitações de refúgio.

Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM a deliberação e fiscalização das políticas públicas de atendimento acima mencionadas, dessa forma, apesar de o Conselho não realizar o atendimento direto às mulheres em situação de

¹²Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=427>) aqui não se realizou a distinção entre Unidades Básicas de Saúde que possuem o Programa Saúde da Família e as que não possuem.

violência, recebe denúncia por atendimentos inadequados. Sendo deliberador, pode também propor melhorias nas políticas públicas já existentes.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

3.2.1 Metodologia

Alves e Silva (1992) realizaram uma proposta de análise qualitativa para os estudos nas áreas de Ciências Sociais e Educação, visto que à época, pouca literatura existia na área. A pesquisa quantitativa tem relevância em diversas pesquisas, mas devido à natureza desta, e a necessidade de compreender as demandas específicas de cada ator, a análise qualitativa foi eleita por ser a forma mais adequada de leitura da realidade dos atores entrevistados.

As autoras consideram a gravação como uma metodologia válida para o registro dos dados coletados através de pesquisas qualitativas (ALVES E SILVA, 1992). Houve um certo desconforto em algumas instituições ao solicitar que a entrevista fosse registrada por esse meio, por isso, as respostas foram sendo anotadas no decorrer da entrevista, através de tópicos.

Há de se considerar também as especificidades da região em um diagnóstico preciso. Dessa forma como Frey *et al* (2005, p.9) sugerem, as práticas culturais também foram levadas em consideração na análise, uma vez que os indivíduos entrevistados representam a instituição em questão, mas também possuem sua visão de mundo subjetiva. Os autores trazem essa visão como uma análise do institucionalismo sociológico que “inclui não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas e símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem ‘padrões de significação’ que guiam a ação humana” (HALL; TAYLOR, 2003 *apud* FREY *et al*, 2005).

Considerando a complexidade do tema e para permitir uma abertura maior de investigação foi elaborado um questionário semiestruturado¹³ para análise qualitativa dos discursos apresentados. Os dados quantitativos que foram possíveis de extrair das entrevistas foram sistematizados em tabelas apresentadas nos resultados.

No total foram mapeadas 15 instituições, sendo que a entrevista foi aplicada em oito dessas, dificuldades de acesso à determinadas instituições, devido aos trâmites burocráticos, fez com que nem todas instituições mapeadas participassem da entrevista. O curto espaço de tempo disponível para a produção do projeto também prejudicou o acesso a algumas instituições, que se disponibilizaram mas não houve tempo hábil para realização das entrevistas.

3.2.2 Resultados e Discussão

¹³Vide Apêndice 01

No decorrer do diagnóstico para o Projeto Técnico foi identificado que atualmente a rede de atendimento à mulher é composta por 15 instituições sendo elas:

Tabela 02– Equipamentos da rede de atendimento à mulher em situação de violência no município de Foz do Iguaçu - PR

Rede de Atendimento Especializado	Rede de Atendimento Não-Especializado
☐ Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa Dal Bo	☐ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
☐ Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e 6º Subdivisão Policial (ambas vinculados à Polícia Civil)	☐ Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
☐ Juizado de Violência Doméstica	☐ Unidades Básicas de Saúde (28 existentes no município)
☐ Ministério Público – 14º Promotoria de Justiça	☐ Unidades de Pronto Atendimento – UPA (duas existentes no município)
☐ Defensoria Pública do Estado do Paraná	☐ Hospital Municipal Padre Germano Lauck
☐ Casa Abrigo para Mulheres	☐ 14º Batalhão da Polícia Militar
☐ Patrulha Maria da Penha (vinculada à Guarda Municipal)	☐ Delegacia da Polícia Federal
☐ Hospital Ministro Costa Cavalcanti	

FONTE: Elaborada pela autora.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM não faz parte da rede de atendimento mas possui importante papel na articulação da rede e fiscalização dos serviços sendo umas das instituições entrevistadas. Uma breve descrição de suas atribuições está disponível na descrição da instituição.

Para preservar as instituições e evitar possíveis situações de enfrentamento desnecessárias, as demais instituições e equipamentos entrevistados não serão identificados sendo atribuídos números aos mesmos tais quais: Equipamento 01, Equipamento 02, Equipamento 03, Equipamento 04, Equipamento 05, Equipamento 06, Equipamento 07 e Equipamento 08.

Para uma melhor compreensão da rede como um todo, foi necessário identificar se os equipamentos entrevistados possuíam alguma capacitação referente ao tema “atendimento à mulher em situação de violência”.

Tabela 03: Realização de Capacitação no tema

	Sim	Não
Total	27%	73%

FONTE: Elaborada pela autora.

Os equipamentos que afirmaram que houve capacitação, mas que já fazem mais de dois anos foram atribuídos ao rol de não capacitados, considerando as mudanças que ocorrem rotineiramente em legislações e orientações técnicas. Foi identificado também, dois equipamentos que mencionaram a participação na construção do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no município como oportunidade de se capacitar. Mencionaram que o fato

de estar em contato com outras instituições e saber o funcionamento das mesmas melhorou o entendimento da rede e das possibilidades de encaminhamento de usuárias.

Quanto ao entendimento do que é a rede de atendimento, 62,5% dos equipamentos entrevistados apontaram a rede de atendimento como sendo articulação entre equipamentos ou o fluxo de atendimento entre os equipamentos da rede. As demais instituições (37,5%) responderam fazendo inferências ao funcionamento da mesma, com frases como “falta interligação” (sic.) ou “deficitária” (sic.) sem responder o que entendiam pela rede de atendimento, mesmo quando questionadas novamente após os julgamentos de valor e não do entendimento. Essas falas demonstram como a “rede” é vista como algo que “não funciona” sem um real conhecimento e entendimento de como uma rede de política pública se articula.

Tabela 04 – Quantidade de equipamentos da rede de atendimento à mulher que articula com mais frequência				
	0 a 1	2 a 3	3 a 4	5 ou mais
Total	37,5%	25%	12,5%	25%

FONTE: Elaborada pela autora.

Considerando a quantidade de equipamentos mapeados, podemos ver uma baixa coesão da rede. Wasserman e Faust (1994) apresentam a coesão como fator importante para o funcionamento de uma rede. Os autores apontam que a coesão entre agentes em uma rede é composta pela quantidade de nós e interconexões entre os atores. A Tabela 04 demonstra que apesar de os equipamentos entrevistados se articularem mais ou menos, e considerando a totalidade dos equipamentos entrevistados, 37,5% informou que se articulam com apenas um outro equipamento da rede, ou até nenhum.

Quanto aos encaminhamentos de mulheres a outros equipamentos a Tabela 05 demonstra como os equipamentos se comunicam.

Tabela 05 – Tipos de Encaminhamentos			
	Formal	Pessoal	Verbal
T o t a l	75%	62,5%	50%

FONTE: Elaborada pela autora.

É importante explicar as categorias de respostas sendo que para o encaminhamento formal foram considerados os encaminhamentos realizados via ofícios, e-mail institucionais e relatórios. Os encaminhamentos pessoais foram considerados os encaminhamentos e contatos pessoais feitos entre organizações. Os encaminhamentos verbais foram considerados os

encaminhamentos realizados verbalmente para a usuária procurar determinado serviço, sem haver contato entre as instituições.

Os tipos de relacionamento apontados pelas instituições, relacionados com a forma que elas se relacionam com os demais componentes da rede são apresentados na Tabela 06.

Tabela 06 – Tipo de relação com os demais equipamentos					
	Colaboração	Dependência	Enfrentamento	Controle	Não soube informar
Total	06	02	03	0	03
	75%	25%	37,5%	0%	37,5%
FONTE: Elaborada pela autora.					

A Tabela 06 foi tabulada com o tipo de relações informadas, a somatória total ultrapassa 100% uma vez que alguns equipamentos apontaram mais de um tipo de relação com os demais. É possível identificar que a maior parte dos entrevistados respondeu que possui uma relação de colaboração, informação importante, considerando que a política pública de atendimento às mulheres em situação de violência, por ser transversal, depende da colaboração dos equipamentos da rede para sua efetivação. Importante salientar que três equipamentos não souberam informar o tipo de relação que mantém com os demais equipamentos, o que demonstra que com esses equipamentos a rede precisa ser melhor definida.

Em relação às lacunas que os entrevistados percebem na rede, foram elencados cinco tipos: falta de servidores nos equipamentos; repasse de recursos para a área (especificamente para a política de atendimento à mulher); falta de capacitação; falta de uma pessoa/instituição para articular a rede; resistências pessoais. No tópico de falta de capacitação foram elencados os discursos de: desconhecimento dos outros serviços e falta de entendimento da política, uma vez que esses dois discursos advêm de uma capacitação inexistente e/ou ineficiente.

Tabela 07 – Lacunas Apontadas na rede					
	Falta de Servidores	Recursos Financeiros	Falta de um articulador central	Capacitação	Resistências Pessoais
	04	02	04	06	03
Total	50%	25%	50%	75%	37,5%
FONTE: Elaborada pela autora.					

Pelos discursos identificados é possível perceber que os equipamentos indicaram que a falta de capacitação é uma das maiores lacunas na rede, seguida pela falta de servidores e a ausência de alguém que articule a rede como um todo. Nesse sentido, apesar de a rede estar definida em normas técnicas, identifica-se que a rede não é autopoietica, necessitando assim de um articulador.

Os equipamentos também foram estimulados a falar sobre o que eles consideram pontos fortes da articulação do serviço em rede. Foram identificadas falas sobre a efetividade da Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha), ou seja, a rede permite que a lei seja efetiva, assim como o funcionamento da rede como um todo contribui para atingir o objetivo da política pública para mulheres – erradicar a violência de gênero. O atendimento à demanda da usuária foi identificado como um ponto forte, assim como a economia de recursos, no sentido de considerar o trabalho técnico e profissional dos servidores que fazem o atendimento direto à mulheres em situação de violência. A questão da humanização do atendimento também foi identificada como um ponto forte da rede.

No tocante ao fato da rede afetar o trabalho dos equipamentos no caso de sua inexistência, as respostas foram no sentido de não afetar o trabalho em si, pois os atendimentos continuariam acontecendo. No entanto, foi afirmado que se a rede não existisse o resultado do trabalho, no sentido de enfrentamento à violência e promoção da autonomia e emancipação da mulher seria prejudicado, no sentido de ser impossível de alcançar. Essa fala demonstra a importância de uma rede de atendimento articulada e funcional, uma vez que sem isso, a política pública de atendimento a mulheres em situação de violência se torna ineficaz.

Retomando a literatura apresentada, e articulando com o discurso dos entrevistados, a organização articuladora da rede deve ser o CRAM, considerando as Normas Técnicas de Uniformização dos CRAMs. A rede está estruturada como uma rede invertida, tendo o CRAM como agente articulador. Essa articulação está deficitária, como já apresentado o CRAM funciona com menos da metade dos servidores que deveriam estar alocados no equipamento, ficando a atividade de articulação da rede comprometida.

Deve-se observar também iniciativas que estão tomando forma, como a construção do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Foz do Iguaçu – PR, que pode promover, através de seus objetivos implementação das propostas apresentadas neste projeto, objetivando assim a construção de um já documento de efetivação de políticas públicas já existentes. O Protocolo teve seu pré-lançamento em Dezembro de 2018, com a divulgação dos fluxos¹⁴ de atendimento mapeados e encaminhamentos das mulheres que vivenciaram algum tipo de violência.

¹⁴Anexo 01 – Fluxos do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA A SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Os dados levantados no capítulo anterior demonstram como os servidores dos equipamentos percebem a rede, e para além disso deixa claro as lacunas percebidas pelas instituições envolvidas. A proposta técnica vem no sentido de apresentar propositivas, embasadas na literatura apresentada, que venham a contribuir para uma melhora significativa na articulação da rede de atendimento à mulher em situação de violência no município de Foz do Iguaçu – PR.

Como o objetivo é fortalecer a rede e melhorar sua articulação, algumas ações devem ser realizadas a longo prazo, pois demandam dos equipamentos um estudo de impacto orçamentário e financeiro. Uma dessas estratégias a longo prazo é a regularização do quadro de funcionários, atendendo pelo menos o mínimo previsto nas normas técnicas (não só do CRAM, mas de outros equipamentos que também passam pela situação de deficit de recursos humanos). Algo que se torna complexo, visto que as instituições são chefiadas e referenciadas nos mais diversos setores.

Uma demanda levantada pelos equipamentos, que a Norma Técnica aponta como necessária é a capacitação contínua da rede de atendimento. A capacitação contínua é uma demanda a ser sanada a curto e médio prazo, considerando que uma das demandas foi o conhecimento do trabalho dos outros equipamentos, reuniões de apresentação e discussão dos serviços, apresentadas pelos próprios servidores, se torna uma alternativa viável e de baixo impacto financeiro. Prever que essas reuniões aconteçam com certa regularidade permite que as eventuais mudanças na legislação e propositivas apontadas nos encontros anteriores sejam avaliadas como toda Política Pública¹⁵ deve ser.

A previsão dessas atividades podem ser feitas conforme propositiva pelo CRAM, que possui embasamento técnico para tal, assim como estar previstas no Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. A previsão em um documento local, sendo construído pelos equipamentos da rede de atendimento, de atividades, pode corroborar com o fortalecimento da rede de atendimento. O CRAM como equipamento articulador, na perspectiva de amenizar os enfrentamentos e promover o reconhecimento da importância de cada ator na rede, pode promover reuniões periódicas para trabalhar os laços estabelecidos entre os atores, no sentido de melhorar a coesão da rede.

Um modelo existente do Brasil, no Rio Grande do Sul (RS), a Rede Lilás, foi instituída no estado do RS como um todo, e surgiu justamente da demanda de promover as políticas públicas de atendimento à mulher e articular seu funcionamento (Silva, 2017). Dagnino (2014 p. 93) apresenta o fato do “estudo de caso” não ser a melhor forma de fazer um planejamento estratégico

¹⁵Ciclo de Políticas Pública (*policy cycle*) conforme proposto por Rua (2014, p. 33)

governamental, considerando as especificidades de cada região, isso deve ser levado em consideração principalmente por Foz do Iguaçu – PR ser uma região fronteiriça. Apesar da crítica, alguns elementos podem ser adaptados para o município. Dessa forma, a construção de uma rede, tipificada em documentos públicos, se torna uma alternativa para o diálogo dos equipamentos e fortalecimento da rede.

4.1.1 Plano de Implantação

Tabela 08 - Plano de Implantação				
Proposta Geral	Proposta Específica	Até julho de 2019	Até dezembro de 2019	Até dezembro 2020
Finalização do Protocolo de Atendimento à Mulher	Implementação de capacitações sistemáticas		X	
	Implementação da rede através de documento oficial o funcionamento (periodicidade de encontros)		X	
Articulação do CRAM	Planejamento de reuniões com a rede de atendimento semestralmente.	X		
	Capacitações promovendo empatia/resolução de conflitos entre os equipamentos da rede	X		
Município, Estado e Federação	Estudo de impacto orçamentário para regularização do quadro de funcionários		X	
	Regularização do quadro de funcionários conforme estudo realizado anteriormente.			X
FONTE: Elaborada pela autora.				

4.1.2 Recursos

Tabela 09 – Recursos Previstos		
Proposta Geral	Proposta Específica	
Finalização do Protocolo de Atendimento à Mulher	Implementação de capacitações sistemáticas	R\$10.000,00 – Contratação de empresa para capacitação (anual)
	Implementação da rede através de documento oficial o funcionamento (periodicidade de encontros)	R\$ 5.000,00 – Impressão do protocolo para distribuição

Articulação do CRAM	Planejamento de reuniões com a rede de atendimento semestralmente.	R\$ 1.000,00 – Gastos com coffee break
	Capacitações promovendo empatia/resolução de conflitos entre os equipamentos da rede	R\$ 10.000,00 por capacitação; se a equipe técnica do CRAM estiver completa, pode ser desenvolvida pela própria equipe sem gastos adicionais
Município, Estado e Federação	Estudo de impacto orçamentário para regularização do quadro de funcionários	Deve ser realizado para cada ente federativo, no âmbito municipal impacto orçamentário de
	Regularização do quadro de funcionários conforme estudo realizado anteriormente.	R\$252.000,00 anuais para manutenção das equipes
FONTE: Elaborada pela autora.		

4.1.3 Resultados Esperados

Com as propostas apresentadas espera-se que a rede de atendimento se fortaleça com base em sua regulamentação através da publicação do Protocolo de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. A rede de atendimento é algo que já tem tomado forma ao longo dos últimos anos e sua definição através de instrumento municipal garante sua continuidade independente de troca de atores.

Espera-se amenizar os conflitos existentes entre equipamentos através do conhecimento do serviço como um todo e através de atividades que promovem o desenvolvimento de empatia entre os atores. Planeja-se ainda que o atendimento à mulher que busca o serviço seja mais humanizado, promovendo a efetividade de políticas públicas de atendimento.

Com a contratação de equipes suficientes para o atendimento, espera-se que reduza a carga emocional e o estresse dos servidores diante de uma demanda social crescente, promovendo a humanização do trabalho, assim como do atendimento das mulheres.

4.1.4 Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

É sabido que podem existir resistências à mudanças e ou falta de adesão às propostas elencadas. A proposta de capacitação na promoção da empatia entre os atores vem no sentido de procurar amenizar essas resistências.

A proposta de reuniões sistemáticas também objetiva avaliar continuamente as propostas e promover espaços de escuta para os atores da rede de atendimento. A escuta surge para acolher as demandas trazidas, para que sejam trabalhadas nos próximos encontros, busca fortalecer o vínculo entre os equipamentos e avaliar continuamente as propostas, buscando adequar à realidade e corrigir eventuais equívocos.

A contratação de pessoal é algo que pode não acontecer devido à normativas recentes a nível federal em relação aos orçamentos e gastos federativos. Quanto a isso, pouco pode ser

feito como medida preventivo-corretiva. Pode-se buscar parcerias público-privadas e voluntários para sanar algumas demandas de atendimento. Atividades de articulação da rede podem ser realizadas juntoas universidades através de projetos de extensão. Outra forma de sanar demandas relativas à falta de recursos humanos nos equipamentos é a criação de residências no sentido de capacitar recém-formados.

5 CONCLUSÃO

Esse projeto teve como objetivo identificar os equipamentos articulados na rede de atendimento à mulher em situação de violência no Foz do Iguaçu -PR, apontar a forma que esses equipamentos atualmente estão articulados e propor estratégias para o fortalecimento da rede em prol de um objetivo em conjunto. Devido a algumas limitações não foi possível entrevistar todos os equipamentos mapeados.

As lutas feministas no processo de redemocratização do Brasil abriu campo para a criação de Políticas Públicas para mulheres, com o objetivo de promover a equidade de direitos e erradicação da violência contra a mulher. Nesse sentido, foram criados os CRAMs que possuem como um de seus objetivos articular a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Em Foz do Iguaçu quinze equipamentos foram identificados, essas instituições se dividem entre a rede especializada e a rede não especializada de atendimento à mulher em situação de violência. A rede se articula pela necessidade de efetivação das políticas públicas, no entanto, foi levantada a necessidade de um equipamento articulador de toda a política. Foram identificadas lacunas que podem ser corrigidas através de capacitações e melhoria nos quadros de servidores.

Esse projeto não pretende esgotar o tema da rede de atendimento a mulher, mas sim fornecer subsídios e provocações para que mais estudos, diagnósticos e propostas venham a somar, efetivando cada vez mais uma política pública de qualidade. As dificuldades que não permitiram que todos os equipamentos foram entrevistados abrem um espaço para um estudo mais amplo, objetivando cada vez mais o aperfeiçoamento do tema e aprofundamento no estudo de redes de políticas públicas no Brasil.

A necessidade de articular uma política pública de atendimento à mulheres em situação de violência é uma demanda latente de nossa sociedade, onde cada dia mais notícias são veiculadas informando sobre casos de violências e feminicídios. O atendimento de qualidade às mulheres é primordial para que para além das violências já vivenciadas, as mulheres que necessitam de atendimento não sejam mais uma vez afligidas por outra violência: a institucional.

A necessidade de implementação e reavaliação constante dos serviços e ações, principalmente das propostas aqui realizadas é de suma importância para uma gestão efetiva, promotora de direitos em um Estado construído com uma base patriarcal, sem representatividade feminina. A luta pela equidade e uma vida sem violência é primordial para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia M. M. B.; SILVA, Maria Helena G. F. D. da. Análise qualitativa de dados de entrevista: Uma proposta. **Paideia**. FFCLRP, USP. Ribeirão Preto, v.2, fev./jul. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007> Acesso em 27 de janeiro de 2019.

BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato. Réplica - Redes são Redes ou Redes são Organizações?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 4, p. 523-533, Aug. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552014000400523&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Janeiro 2019.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de Janeiro de 2019.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2013. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

_____. Lei Federal 11.340 de 07 de agosto de 2006a. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

_____. Lei Federal 13.014 de 09 de março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm> Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

_____. **Norma Técnica de Uniformização: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2006b. Disponível em :<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/norma-tecnica-de-uniformizacao-centros-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/view>>. Acesso em 20 de outubro de 2018.

_____. **Panorama da violência contra mulheres no Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2016. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres: Brasília, 2011. Disponível em :
<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira, *et al.* Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da ANPAD sobre avaliação de políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, nov./dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000600012&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação, sociedade e cultura: v1). 8. ed. rev. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. Brasil: Zahar, 2013.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. 1ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **SER Social**. Brasília, v. 10, n.22, p. 69-96, jan/jun. 2008. Disponível em
<periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12960/11316/> Acesso em 10 de Janeiro de 2019.

DAGNINO, RENATO PEIXOTO. **Planejamento Estratégico Governamental**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

FLEURY, Sonia. El Desafio de la Gestión de las Redes de Políticas. **Revista Instituciones y Desarrollo**. Catalunya, n.12-13, p. 221-247. 2002. Disponível em
<https://www.researchgate.net/publication/39180621_El_desafio_de_la_gestion_de_las_redes_de_politicas> Acesso em 5 de janeiro de 2019.

FREY, Klaus; PENNA, Manoel Camillo; CZAJKOWSKI JR., Sérgio. Redes de Políticas Públicas e sua Análise. **Anpocs**. 29º Encontro Anual, São Paulo, 2005. Disponível em <<https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3795-kfrey-redes/file>> Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Ações coletivas civis na atualidade**: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo, v.46 n.1, p. 10-17. Jan./Abr. 2010.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 33(5) 115-41. Set/Out 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7628/6155>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

LOIOLA, Elisabeth e MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: Tânia Fisher (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**, Rio de Janeiro: FGV, 1997, 53-68

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Gestão de redes de cooperação na esfera pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

OLIVEIRA, Caio Cesar Giannini; LOPES, Humberto Elias Garcia. Coopetição em Redes Interpessoais: Redes são Redes. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, pp. 508-522, Jul./Ago. 2014. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/26012531.pdf>> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: UAB, 2014.

ROCHA, Roberto. A Gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luiz, v. 1, n. 11. 2009. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/26012531.pdf>> Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

SACOMANO NETO, Mário. Análise das Redes: Estrutura e Relações. In: Encontro Nac. de Eng. de Produção, 23., 2003, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2003. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0706_0124.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SILVA, Camila da Costa. **Mulheres e uma Política de Proteção em meio à Violência**: olhares sobre a Rede Lilás na cidade de Porto Alegre – RS. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7508>> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO



Especialização em Gestão Pública
Foz do Iguaçu
Orientadora: Natália Reese
Roteiro Semi-Estruturado para coleta de dados.
Cursista: Rafaela Zago de Mello



Local da Entrevista: _____

Cargo ocupacional da pessoa entrevistada: _____

1) Atividades desenvolvidas pela instituição (descrever todas as atividades que a instituição realiza), quais são as direcionadas para mulheres em situação de violência:

2) Já foram realizadas capacitações referentes ao atendimento de mulheres em situação de violência? Data da última capacitação, os atores que participaram são os mesmos atuando hoje? Como é feita a capacitação de novos servidores/trabalhadores?

3) O que entende por rede de atendimento à violência contra a mulher e rede de enfrentamento?

4) Como essa instituição se articula com outras instituições da rede quando é necessário encaminhar alguma situação?

5) Quais lacunas percebe que precisam ser preenchidas para fortalecer e articular a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

6) Quais são os equipamentos que articula com mais frequência e de que forma essa articulação ocorre? Essa articulação acontece há quanto tempo? Como é a acessibilidade com cada instituição? Precisa de alguém abrir portas ou a instituição é facilmente acessada?

7) Existe alguma organização da qual você depende relevantemente, a ponto de não conseguir realizar suas atividades sem que exista articulação?



Especialização em Gestão Pública
Foz do Iguaçu
Orientadora: Natália Reese
Roteiro Semi-Estruturado para coleta de dados.
Cursista: Rafaela Zago de Mello



8) Como você descreveria o tipo de relação que tem com os equipamentos – de colaboração, de dependência, de enfrentamento, de controle?

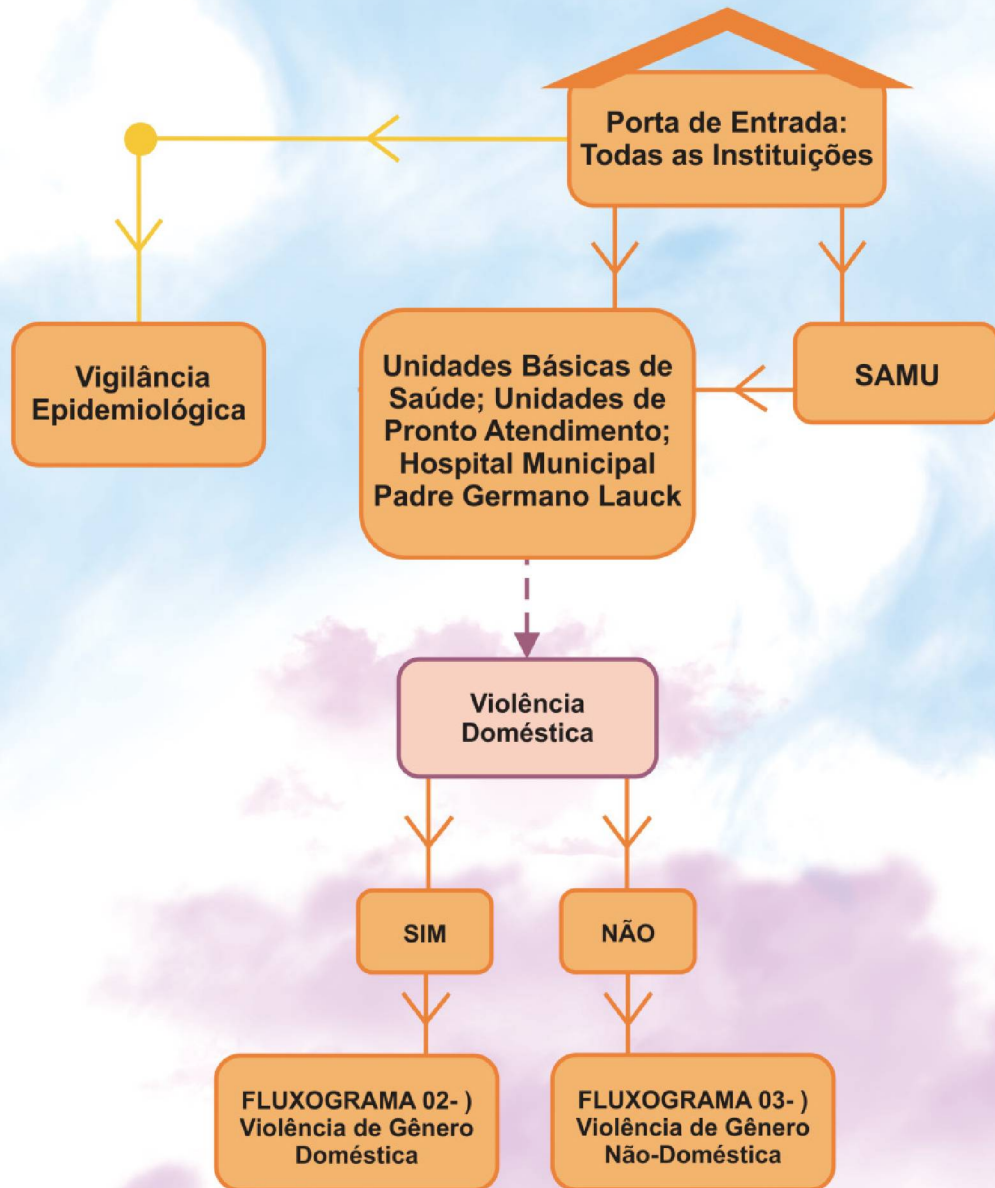
9) Há uma dependência institucional ou uma dependência pessoal (no sentido de ter uma pessoa que permite a articulação) desses equipamentos?

10) Quais são os pontos fortes da articulação em rede?

11) Se não houvesse a rede, o trabalho no seu equipamento seria afetado? De que maneira? Em que medida?

ANEXO 1 – FLUXOS DE ATENDIMENTO

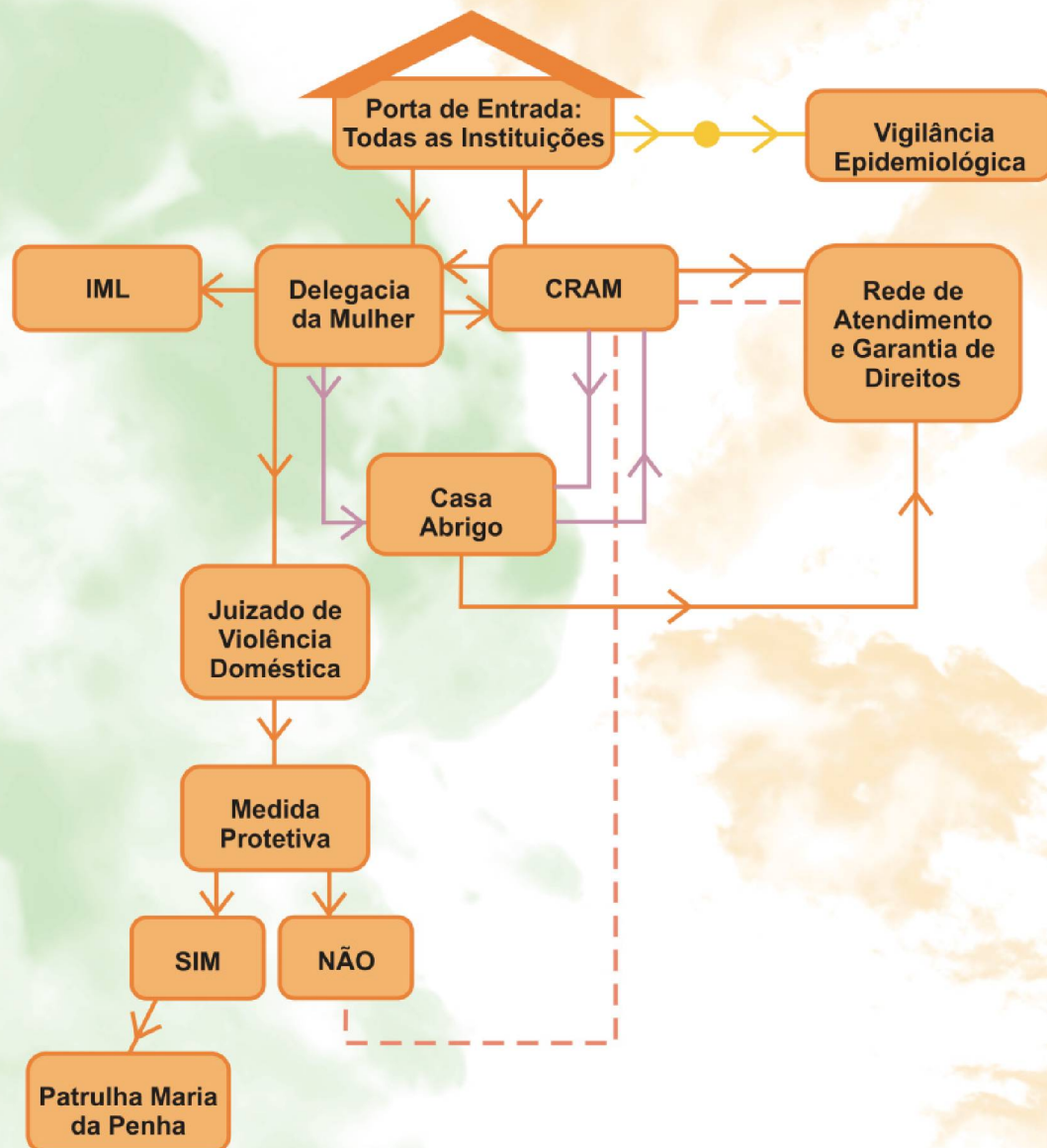
FLUXOGRAMA 01 - Violência Física com Atendimento na Saúde



—●—> Encaminhamento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);

---> Identificação da violência doméstica.

FLUXOGRAMA 02 - Violência de Gênero Doméstica

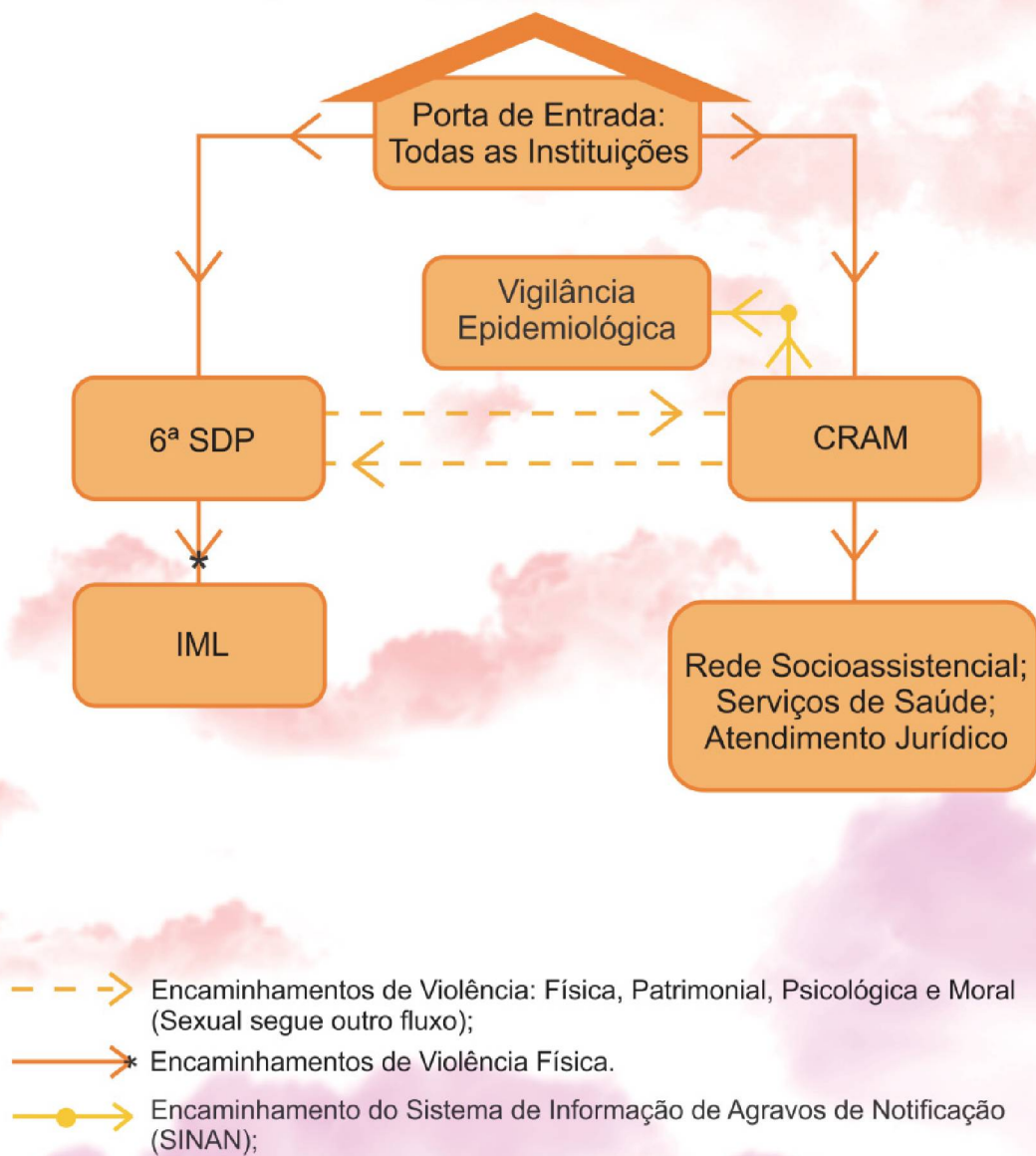


—●—> Encaminhamento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);

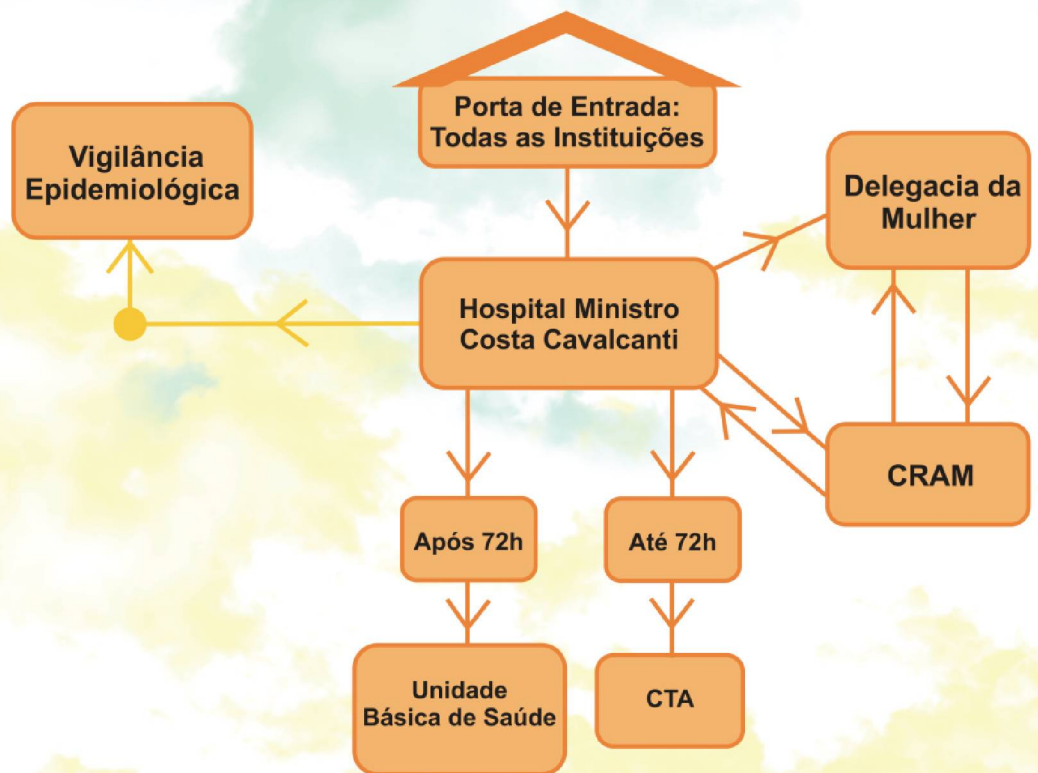
—> Processo de abrigamento/desabrigamento;

- - - - - Encaminhamentos pertinentes caso houver necessidade.

FLUXOGRAMA 03 - Violência de Gênero Não-Doméstica



FLUXOGRAMA 04 - Violência Sexual com Atendimento na Saúde



→ Encaminhamento do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);

